



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

**AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO nº 329332-5 – Recife –
32ª Vara Cível.**

Agravante: Banco Bradesco Financiamento S/A.

Agravado: Michael Miller de Moura Ferreira.

RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. BUSCA E APREENSÃO. PURGAÇÃO DA MORA. INAPLICABILIDADE DO § 2º, DO ART. 3º, DO DECRETO LEI Nº 911/69, COM REDAÇÃO ALTERADA PELA LEI Nº 10.931/04. PAGAMENTO SOMENTE DAS PARCELAS VENCIDAS.

A purga da mora na ação de busca e apreensão, por um imperativo lógico, há de compreender apenas as parcelas vencidas, até a data do depósito, ou seja, engloba apenas as parcelas em atraso, não abrangendo as parcelas ainda por vencer, sob pena de se impor prestação excessivamente gravosa ao consumidor.

DECISÃO: "À unanimidade de votos, negou-se provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator".

DATA DO JULGAMENTO: 11 de junho de 2014.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos o presente recurso de Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 329332-5, em que figura como agravante BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S/A e como agravado MICHAEL MILLER DE MOURA FERREIRA, **ACORDAM** os Excelentíssimos Desembargadores integrantes da Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **negar provimento ao recurso**, tudo nos termos do voto do Relator, que possa ser parte integrante deste aresto.

Recife, 17 de junho de 2014.

Des. Adalberto de Oliveira Melo

Des. Adalberto de Oliveira Melo

RELATOR



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Adalberto de Oliveira Melo

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 329332-5
AGRAVANTE: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S/A
AGRAVADO: MICHAEL MILLER DE MOURA FERREIRA
RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Agravo interposto por BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S/A contra decisão terminativa proferida nos presentes autos de agravo de instrumento por ele interposto, alegando que somente é permitida a purgação da mora pelo montante total devido pelo devedor fiduciante, conforme a regra disposta na Lei nº 10.931/2004, que deu nova redação ao art. 3º do Decreto-Lei nº 911/69, requerendo o provimento do presente recurso.

É o relatório.

VOTO

A decisão recorrida é do seguinte teor:

"Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S/A contra decisão proferida nos autos da Ação de Busca e Apreensão ajuizada em razão de inadimplemento contratual de financiamento de veículo automotor com pacto acessório de alienação fiduciária em garantia, avençado com MICHAEL MILLER DE MOURA FERREIRA, ora agravado."

98
p

O juiz a quo concedeu a liminar determinando a busca e apreensão do bem alienado assinando o prazo de 5 (cinco) dias para que o devedor providencie, querendo, a purga da mora das parcelas vencidas, segundo os cálculos apresentados pelo autor.

Inconformado, o autor interpôs recurso de agravo, pretendendo a reforma da decisão para que fossem aplicadas as regras do Decreto Lei 911/69.

Decido.

A respeito do tema central, que diz respeito à aplicabilidade da Lei 10.931/04, este Tribunal tem entendido que descabe a pretensão de obliterar a oportunidade do devedor purgar a *mora debendi*.

Dentre os vários precedentes, colaciono os seguintes:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. «BUSCA» E «APREENSÃO». ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. «PURGAÇÃO» DA «MORA». PAGAMENTO DE 40% DO PREÇO FINANCIADO. VENCIMENTO ANTECIPADO DA DÍVIDA. INADMISSIBILIDADE. REGIME ANTERIOR À EDIÇÃO DA LEI Nº 10.931/04. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. DECISÃO MAJORITÁRIA. - Pelo regime anterior à edição da Lei nº 10.931/04, ao devedor fiduciante é assegurado o direito de emendar a «mora», se já adimpliu com mais de 40% (quarenta por cento) do valor financiado no contrato; - A emenda da «mora», uma vez admitida no texto de lei, não consiste no pagamento antecipado de toda a dívida, mas, apenas, na oferta da (s) prestação (ões) em atraso, mais a importância dos prejuízos decorrentes até o dia da oblação real. Pagar toda a dívida antecipadamente não constitui «purgação» da «mora»; esta ocorre, na essência, quando o devedor corrige a falta cometida, pagando as prestações devidas, com os acessórios, restabelecendo-se o vínculo obrigacional e mantendo-se inalterado o negócio jurídico celebrado entre as partes. Al nº 93762-4. Rel. Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves. 6ª Câmara Cível. Julg. 21/7/2006.

«BUSCA» E «APREENSÃO» DE VEÍCULO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. «PURGAÇÃO» DA «MORA». INAPLICABILIDADE DO §2º, ART. 3º, DO DECRETO LEI Nº 911/69, COM ALTERAÇÃO TRAZIDA PELA LEI Nº 10.931/04. PAGAMENTO SOMENTE DA DÍVIDA VENCIDA. VEDADA CUMULAÇÃO DE COMISSÃO DE PERMANÊNCIA COM MULTA OU CORREÇÃO MONETÁRIA. APLICABILIDADE DA SÚMULA 30 DO STJ. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. EXCEPCIONALIDADE. AUSÊNCIA DE EXPRESSA E LIVRE PREVISÃO CONTRATUAL. INAPLICABILIDADE DO ART. 5º DA MEDIDA PROVISÓRIA 1963-17/2000. RECURSO IMPROVIDO.- Nos contratos de alienação fiduciária a «purgação» da «mora» ocorre com o pagamento das parcelas vencidas até o momento da propositura da ação e vincendas no curso da lide. O §2º do art. 3º do Decreto Lei nº 911/69, na sua redação dada pela Lei nº 10.931/04, não tem aplicação nas relações de consumo. - A alteração feita pela Lei nº 10.931/04 está em

ag
70

desacordo com o sistema de proteção do consumidor, porque a um só tempo impede a volta do contrato a normalidade; retira a escolha do consumidor quanto à resolução ou manutenção do contrato; configura uma iniquidade, incompatível com o princípio normativo da boa-fé objetiva; rompe com o justo equilíbrio contratual e, ainda, desconsidera o princípio de que, nos contratos de financiamento, a liquidação antecipada garante a redução proporcional dos juros e demais acréscimos.- A comissão de permanência assume nítida função indenizatória pelo atraso no pagamento, além de mecanismo financeiro de proteção contra a desvalorização da moeda. Por isso, inviável a sua incidência cumulativa com a multa por inadimplência ou com a correção monetária. - O ordenamento jurídico trata a capitalização dos juros como uma excepcionalidade. Assim é que se impõe interpretar o art. 5º da Medida Provisória nº 1963-17/2000 de modo restritivo. Nesta linha, a capitalização dos juros em período inferior a um ano só será possível se houver expressa, livre e didática previsão contratual.- Agravo de Instrumento improvido. Decisão unânime. AI nº 133239-4. Rel. Des. Jones Figueiredo. 4ª Câmara Cível. Julg. 26/1/2006. Com estes fundamentos nego seguimento ao presente recurso por considerá-lo improcedente, o que faço com fundamento no art. 557, do CPC". Publique-se. Recife, 18 de março de 2014".

Em que pese o inconformismo do banco agravante alegando que a Lei 10.931/04 deu nova redação ao art. 3º do Decreto-Lei nº 911/69 não permitindo ao devedor fiduciário purgar a mora debendi, reafirmo meu entendimento de que a referida norma se acha em conflito com o Código de Defesa do Consumidor, que por ser norma de ordem pública e de interesse social, se sobrepõe a norma de caráter específico, como é o caso da citada Lei nº 10.931/04.

O contrato firmado entre as partes é uma relação de consumo nos termos do art. 2º, caput, e art. 3º, § 2º, do Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078/90, que se aplica ao caso.

Embora conste expressamente na citada norma que o bem apreendido somente será devolvido após o pagamento integral da dívida, se afigura incabível desconsiderar os preceitos do CDC em face da existência nítida de relação de consumo. A lei específica não se sobrepõe à lei de caráter geral naquilo em que houver conflito.

Toda norma há de ser baseada em princípio.

100
70

No presente caso, qual o princípio axiológico da norma em questão? Somente garantir ao credor fiduciante o direito de promover a ação de busca e apreensão do bem sem que seja permitido ao devedor fiduciário a purgação da mora debendi privilegiando o credor em detrimento do devedor.

Essa norma é justa? já que não dá chance ao devedor de se redimir pagando as prestações em atraso?

Pode-se afirmar, ainda, que a purgação da mora não traz nenhum prejuízo ou dano irreparável à entidade financeira, pois, após purgada a mora, permanece hígido o contrato de financiamento com as obrigações dele decorrentes.

É clarividente o conflito existente entre a referida norma específica e o Código de Defesa do Consumidor, devendo prevalecer este último que visa a proteção da parte hipossuficiente na relação jurídica.

Isto posto, nego provimento ao recurso.
É como voto.

Adalberto de Oliveira Melo
Adalberto de Oliveira Melo
Desembargador

w.